

O que vai na lata? Contestações museológicas

What goes in the can? Museological inquiries

Leandro Eustáquio Gomes*

Resumo: Neste artigo buscamos refletir sobre a ideia de construção e constituição de espaços museológicos, e alguns caminhos da musealização. Para tal construção, utilizamos inicialmente elementos conceituais para embasamento e nortear o significado de cultura e patrimônio, para assim, a posteriori, através de analogias e metáforas do "enlatado", questionar a construção institucionalizada da cultura e patrimônio. Indagamos assim sobre a ideia da musealização, do discurso objetivo e subjetivo na construção desses objetos e espaços como elementos representativos e legítimos. Buscamos refletir sobre as edificações, em duplo sentido, sendo o primeiro o edifício que cunha a legitimidade, no segundo a edificação do discurso que molda o objeto, ambas as ações de institucionalização de bens culturais e patrimoniais. Reproduções notórias de moldes e práticas periclitantes do sentido amplo representativo de minorias e majorias, que ficam às margens das ações de salvaguarda e reconhecimento nesses espaços museológicos, além de leituras enviesadas, distantes da originalidade e quiméricas.

Palavras-chave: Museus. Cultura. Patrimônio. Discursos. Musealização.

Abstract: In this article we seek to reflect on the idea of construction and constitution of museological spaces, and some ways of musealization. For such construction, we initially use conceptual elements to support and guide the meaning of culture and heritage, in order to, in a posteriori, through "canned" metaphors and analogies, question the institutionalized construction of culture and heritage. We thus ask about the idea of musealization, of objective and subjective discourse in the construction of these objects and spaces as representative and legitimate elements. We seek to reflect on the buildings, in two senses, the first being the building that wed legitimacy, the second the building of the discourse that shapes the object, both actions of institutionalization of culture and heritage. Notorious reproductions of shaping patterns and practices that represent the broad sense of minorities and majorities, which stand on the fringes of safeguarding and recognition actions in these museological spaces, as well as biased readings, distant from originality and chimerical.

Key-words: Museums. Culture. Heritage. Speeches. Musealization.

Introdução

“O que vai na Lata?” é um título provocativo, cuja analogia e metáfora de algo que é enlatado nos ajuda a exemplificar várias situações de produção dos elementos culturais e patrimoniais, que são plasmados através de mecanismos e práticas institucionalizadas. Questionamos assim a institucionalização e os crivos técnicos/intelectuais que por vezes distanciam o indivíduo dos objetos/instalações? representações. Mundos paralelos, mas que também são às vezes emparelháveis,

* Doutor em Antropologia Social e Cultural, pela Universidade de Coimbra- UC; Mestre em Antropologia Social e Cultural, pela UC, Bolsista Erasmus Mundus- MONESIA; Especialista em Antropologia Social e Cultura, pela UC, Bolsista Erasmus Mundus - MONESIA; Bacharel em Turismo, pelo Centro Universitário Newton Paiva - Bolsista Programa Prouni. leandroegomes@gmail.com

num sentido de distanciamento das realidades e representatividades. A construção segue entre aspas, pois tem-se como ideia de que há um propósito quanto aos objetos/instalações/representações, que existem e são criados com uma intencionalidade objetiva, direcionada e enfatizada que pode criar limitações diversas.

Subdividimos este artigo em cinco partes: A Construção da Cultura e Patrimônio, com questões conceituais e reflexivas; O Rótulo e o Conteúdo, com questões sobre os aparatos administrativos e legais; O Processado, trata da escolha dos elementos musealizados; A Lata, o sentido físico do edifício e o discurso edificado das instituições; Disfunções Culturais, sobre os aspectos nocivos de representações, incomuns analogias e metáforas, ou mesmo relações inomináveis, mas que apresentam aplicabilidades alusivas pertinentes ao tema abordado.

Buscamos assim estabelecer reflexões alusivas à produção e à constituição dos espaços museológicos, através de ações institucionais passivas de serem questionadas, do construto museológico de salvaguarda e representações. É importante salientar que a explanação provocativa não tem intenção pejorativa ou generalizante, mas sim de proporcionar sentido didático alegórico crítico e construtivo.

Para tal iniciamos com os seguintes questionamentos: Os bens museológicos são tidos e apresentados como elementos da cultura e do patrimônio, mas como se dá esse processo de construção da institucionalização e das intencionalidades? Elas colaboram para que as culturas e os patrimônios sejam preservados? Quais são as representações e a quem representam? Estas são algumas das questões que indagamos nesse cenário de representatividade dos museus.

1. A construção da cultura e do patrimônio

Conhecer algumas definições sobre cultura e patrimônio e fazer necessárias para refletirmos sobre o papel das instituições museológicas na construção e salvaguarda dos bens materiais e imateriais, para relativizarmos como se dá esse processo, bem como apresentar o arcabouço teórico que norteia nossas reflexões e indagações.

No processo eletivo do que é cultura e patrimônio, existem diversos componentes que por vezes são negligenciados quanto a construção deles. Dentre esses diversos meandros, destacamos aqui a visão da cultura como instituições, ou melhor dizendo, um conjunto de elementos que estão atrelados a um processo de satisfação das necessidades e interesses pertinentes às instituições.

A cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autônomas e em partes associadas. Integram-na múltiplos princípios tais como a consanguinidade resultante da procriação, a contiguidade no espaço devida à cooperação, a especialização em diversas atividades e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na estrutura política. Cada cultura deve a sua plenitude e autossuficiência ao fato de satisfazer toda gama de necessidades básicas, instrumentais e interrogativas. Por consequência, sugerir – como se faz ainda há bem pouco tempo – que cada cultura apenas abarca um pequeno segmento da sua área potencial, constitui um erro grave, pelo menos em certo sentido. (MALINOWSKI, 2009, p. 49).

Um outro ponto apresentado por (LIMA, 1979, p. 54) faz uma referência à compreensão de Kröeber, no seu artigo “O Super Orgânico”, que diz: “«*cultura consiste numa massa de reações motoras aprendidas e transmitidas, hábitos, técnicas, ideias e valores e os consequentes comportamentos que tudo isso introduz*»”. E complementa dizendo que cultura “«*é o conjunto de tradições sociais*».”

Outra abordagem conceitual sobre a cultura também dita por (LIMA, 1979, p. 65) tem a ver com a ótica do sistema generativo, cujo conceito citado foi construído por E. Morim, em que apresenta a cultura:

...como sistema generativo de alta complexidade, sem o qual essa alta complexidade ruiria para dar lugar a um nível organizacional mais baixo. Neste sentido, a cultura deve ser transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem (learning) para se poder autoperpetuar e para se poder perpetuar a alta complexidade social.

Este conceito segundo LIMA (1979), é válido através da ótica do processo de aprendizagem e transmissão, mas destaca também a necessidade de atentar-se ao mecanismo de perpetuação, uma vez que a aprendizagem e a transmissão não são coisas idênticas, mas sim similares, e que, para tal diferenciação, afirma que o ser humano não é uma máquina, no sentido de uma reprodução idêntica formatada e controlada.

A ampliar o pensamento sobre o conceito de cultura, uma síntese do pensamento convergente da antropologia moderna, é apresentada por (LARAIA, 2013, p. 59) que cita o artigo intitulado “*Theories of Culture*” de Roger Keesing, e que, na procura de uma reconstrução do conceito de cultura diz:

...Culturas são sistemas (de padrões de comportamentos socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante.

Já em SALAZAR (2009) é dito que a cultura, de maneira geral, se articula com a história, crenças, valores, normas e práticas sociais através dos tempos, assim como está presente nos ritos, mitos, tradições e instituições, uma vez que ela se apresenta ou se faz percebida nas artes, na música literatura e na vida cotidiana. Outro pensamento que se aproxima deste é o conceito ou esquema construído por HALL (2003) para explicar o que é cultura, nos é apresentado o “circuito da cultura”, nomenclatura usada por ele para designar os processos de interação dos elementos que regem a cultura: representação, identidade, produção, consumação e regulamentação. Assim, o autor defende a ideia de cultura como sendo uma construção coletiva, isto é, que os significados partem de uma partilha, e que na linguagem, está a chave dos valores culturais, pois permite essa transmissão de significados. Ele argumenta que as representações ou correlações que se faz de algo, são frutos de uma construção mental que cada indivíduo carrega, e é através desse conjunto de interpretações que vê o mundo e a si mesmo. Em nada há significado natural, latente ou invariável. Assim a cultura pode ser compreendida com uma forma de construção de padrões de representações e interpretações acumulativas.

Outro ponto debatido de forma sistemática, são as transformações culturais. A mudança da cultura é resultante de complexos jogos entre forças e grupos sociais, provocando alterações nas estruturas das organizações sociais (CUCHE, 1999).

Outro fenômeno dentre os processos de transformação da cultura está a enculturação, em que ela é vista como um elemento positivo, pois é usualmente tida como um mecanismo de formação cultural, isto é, de transmissão, recepção e interiorização de informações. Estas informações podem ser práticas ou teóricas, sendo assimiladas pelo receptor, e partem de um membro da cultura ou de algum perito, ou até mesmo de alguém que recebeu capacitação para tal. Assim, este fenômeno é entendido como passivo, ou seja, construtivo, com uma correspondência e aceitação livre por parte do receptor (BERNARDI, 2007).

Neste processo a enculturação é tida como ação educativa, em que membros da cultura tornam-se conscientes e participantes, informam-se e formam-se, num objetivo de orientar a sua visão mental e o seu comportamento.

A prática de enculturação pode ser realizada tanto por indivíduos, como por instituições, os ditos meios informais ou formais. O informal dá-se desde o momento do nascimento e ao longo da vida, em que as informações, ou melhor dizendo, a formação é recebida de forma consciente, ou não. Já a enculturação formal tem por um dos objetivos, aumentar a inserção na sociedade, a qual é realizada através de

várias manifestações, tendo como um dos intuitos, preparar para as responsabilidades do matrimónio, atividade política e militar... Neste ponto, tem-se quase sempre um carácter coletivo e raramente tem um carácter individual (BERNARDI, 2007).

Entretanto, como é destacado por BERNARDI (2007), vale ressaltar que a transmissão não assegura a assimilação e reprodução, e que esta forma também permite e engloba uma mudança cultural, pois pode ocorrer uma rejeição por parte do indivíduo, uma vez que os conjuntos de valores e comportamentos podem ser rejeitados pela experiência, ou mesmo modificados. Contudo, através da enculturação, a cultura passa estar no indivíduo, de um mero elemento abstrato ao estado concreto.

O homem torna-se, assim, cultura. Quem encontra um homem, encontra cultura, ainda que seja apenas numa forma individuada e capilar. É de profundo significado e suma utilidade evidenciar esta identidade. De facto, isso permite dissipar muitos equívocos sobre o conceito de cultura e ainda esclarecer o valor das relações humanas. (BERNARDI, 2007, p.59)

Através da questão apresentada, afirma-se que não há um sistema de transmissão de valores livre de questionamentos, isto é, o que é transmitido pode não ser percebido como absoluto e puro. Também pode haver, por parte de quem recebe um questionamento, ou uma interpretação diferente. Com isso, também se evidencia o papel importante do indivíduo na cultura e para a cultura.

Desta forma, essa construção da tradição¹e transmissão da cultura, tange o que é denominado como patrimônio cultural, como elementos que são transmitidos, mas que, por não serem questionado em diversos momentos, são meramente absorvidos e transmitidos, através do discurso, «*sempre assim se fez*»; «*não sabemos; nossos pais fizeram sempre assim*»; «*foi como os nossos pais nos ensinaram*». A cultura deste modo, afirma-se como um patrimônio.” (BERNARDI, 2007, p.69-70). Mas é de destacar que o patrimônio cultural não se restringe à esfera hereditária familiar, este extrapola esta esfera também é passível de questionamento, assim como, o fato de ter o seu carácter dinâmico.

Neste sentido da construção e transmissão da cultura, que então torna-se patrimônio, se faz necessário adentrarmos em questões mais específicas e conceituais, onde, o patrimônio, consiste num processo de utilização de locais, práticas e objetos

¹ Entretanto, como dito com HOBBSAWM (1994), as ditas tradições que parecem ter um caráter histórico longínquo, podem ser questões relativamente recentes e mesmo fictícias. Esta última, é denominada pelo autor como “tradições inventadas”, cujo as práticas são criadas e repetidas ou mesmo impostas, e com isso estabelecem-se. As tradições também podem ser vistas como um caráter de resistência frente às mudanças.

como um veículo de transmissão de ideias e valores, cuja aplicação atual é satisfazer as necessidades e, com isso, transforma-se num produto do presente, valendo-se do passado e projetando para o futuro, ou seja, algo imaginário e idealizado (BAVEYSTOCK E; ASON, 2009).

Em PRATS (2009) é defendida a ideia de que o patrimônio é algo abstrato, ou seja, um processo de construção predominantemente intrínseco. Assim, nesta linha de pensamento, pode-se pensar no patrimônio como uma construção interna de sentidos, significados, seja para algo material e/ou imaterial, em que o seu significado não é algo latente, mas sim algo relativo e sujeito a interpretação, e que, naturalmente não existe, pois é fruto de uma criação e necessita de um conjunto de saberes, para penetrar nesta trama construída, e interpretar os diversos caminhos, ou melhor dizendo, as várias interpretações e construções atribuídas, assim como, as formas e mecanismos de transmissão.

Tem-se, normalmente, através de uma análise de pensamento superficial, que o patrimônio, assim como a cultura, como algo que simplesmente existe e é natural. Mas não é bem esse o caso pois este é uma construção social que nasce com objetivos específicos (PRATS, 2009).

Assim, esse processo de transformar algo em patrimônio, uma objetivação da “cultura”, é descrito por RODRIGUES (2005), em que diz que o processo de patrimonialização consiste em escolhas, ou seja, eleger determinados elementos, de determinada cultura, que serão elementos representativos de uma história e de uma identidade, sendo que este processo de escolha pode ser espontâneo, nascendo de forma natural dentro do grupo ou grupos sociais, ou resultar de uma intervenção por parte dos representantes políticos e outros interesses.

Assim, como nos apresenta (ABREU, 2012, p. 28), “os processos de patrimonialização enquanto construção de metadiscursos sobre uma realidade empírica que é transcrita para um livro de registros mediante critérios e regras construídos por agentes estatais no âmbito de uma política pública.”

A patrimonialização, como referido anteriormente, também permeia e é passível de críticas, uma vez que se refere às escolhas ou pontos de vistas, sobre se há de elevar ou ressaltar tal elemento cultural. Entretanto, para tal, há outros elementos ou interpretações que podem ficar à margem, “Pelo fato de ser uma construção mais ou menos intencional, em vez de qualquer processo de patrimonialização tende à

imposição de uma perspectiva única, considerada a verdadeira e legítima, o patrimônio comporta uma marcada dimensão política (REIS 2009).” (CABRAL, 2011, p.32).

Tais movimentos políticos podem ser marcados por intencionalidades de cunho e objetivos manter e ressaltar determinado patrimônio cultural, um conjunto de atores e ações que (re)criam patrimônio cultural através de leituras.

Efetivamente, no mundo atual são inúmeros os agentes que participam no processo de construção da memória coletiva e de patrimonialização, possuindo cada indivíduo a sua própria visão do passado, pelo que qualquer versão imposta que contradiga os factos e as crenças comumente aceites não será facilmente incorporada (PERALTA 2008; REIS 2009). (CABRAL, 2011, p.32)

Segundo ANICO (2005), existe, na contemporaneidade, um forte e crescente movimento de construção, recuperação e valorização de locais de memória, pautados ou apresentados como forma de proteção da identidade, face a um processo de homogeneização causado pelo processo de globalização. Com isso, esses elementos de memória procuram tornar legítimo e mais latente essa identidade que se conjuga como patrimônio.

Outra visão contemporânea do termo, bem como das ações desenvolvidas junto ao patrimônio, e tendo-o como instrumento, são apresentadas por CARVALHO E FERNANDES (2012). Destacam-se o modismo científico na contemporaneidade, assim como a plasticidade temporal e espacial, como alternativa de desenvolvimento de grupos, locais e seguimentos. A patrimonialização também é utilizada como instrumento político, social e económico, de memória e identidade, de desenvolvimento humano e qualidade de vida, de revitalização e requalificação de lugares. Assim, o patrimônio, ou o conceito patrimônio na contemporaneidade, assume um papel de múltiplas funcionalidades e aplicabilidades, sendo tido como uma alternativa face aos problemas e necessidades.

O ato de escolher, de destacar determinados elementos, pode ser realizado em consequência do interesse em estabelecer uma identidade, ressaltar valores concretos, sob a pressão de interesses económicos, políticos e sociais, ou seja, não se pode afirmar que um determinado bem patrimonial, mesmo que reconhecido por grupos e instituições públicas, ou não, seja um fiel representante da totalidade dos elementos de um grupo social.

Inventa-se o patrimônio a cada vez que determina-se (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um patrimônio por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos,

mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade. (SOARES, 2009, p. 21)

Essas são algumas questões que nos ajudam a problematizar a ideia de construção do patrimônio, pois os cenários são complexos com nuances diversas, cujos efeitos podem constituir entraves aos detentores e gestores do patrimônio. Exploraremos nos tópicos seguintes analogias e metáforas que podem nos auxiliarem na reflexão e compreensão dos processos de construção da cultura e patrimônio, das dinâmicas, relações e representações que podem (re)(des)construídas com eles.

2. O rótulo e o conteúdo

Exploramos neste ponto algumas reflexões sobre os rótulos, que são os elementos que indicam, sugerem, informam e apresentam algo sobre o conteúdo. O rótulo idealizado pode induzir e criar uma leitura acrítica sobre o conteúdo.

Transportemos esses elementos comparativos aos museus, tanto no sentido institucional, como na estrutura física. O rótulo pode ser compreendido como a instituição no sentido do discurso, o nome que carrega, as marcas que representam, tal como: museu de arte; museu de história; museu da ciência; museu da cultura; museus tradicionais... ditos e apresentados como fidedignos representantes de expressões, culturas e elementos diversos. No entanto, cabe, e se faz necessário, questionar: Quem instituiu esse museu e por quê? Há um movimento crescente de institucionalização da cultura e patrimônio, propaga-se a necessidade de representatividade coletiva, mas, por vezes, as diretrizes intencionalidades não representam de fato o coletivo. Neste sentido, os museus são apresentados como estruturas institucionais de representação e salvaguarda. Mas a quem elas representam de fato e o que salvaguardam?

Estes questionamentos nos remetem ao conteúdo. O rótulo, como é apresentado, representa, sugere e endossa o conteúdo. Num sentido mais objetivo, a estrutura e os elementos de acervos são apresentados através da mensagem e discurso do rótulo como elementos concretos da representação. Mas, novamente cabe uma nova questão: o rótulo garante o conteúdo? Neste sentido não objetivamos contestar o trabalho dos profissionais envolvidos, museólogos e curadores, mas sim proporcionar com este artigo, um exercício de questionamento, como num movimento anti alienação, e da “fé raciocinada”, fé essa que liberta, diferente do movimento dá “fé cega”, que aprisiona, cria dogmas e se coloca como inquestionável,

que coloca como herege quem a questiona Ou seja, a “fé cega” que chancela o discurso da instituição, sem analisarse a mesma garante a qualidade do acervo e no tocante da representatividade. Diante desse discurso institucional de credibilidade plena incontestável que evocamos o pensamento crítico, leituras e interpretações de suas representações.

As instituições, que na analogia empregada, são os rótulos, moldam e criam elementos. Em um sentido inverso, o rótulo cria o conteúdo, o “idealizado” é plasmado, e por vezes conteúdos são representações de intentos forçados, ou pseudos representativos. São institucionalmente constituídas, mas incipiente do caráter social e cultural amplo. Fabricos onde os elementos são elaborados a fim de criarem o processado, analogia que veremos a seguir.

3. O processado

A analogia do processado nos apresenta conteúdo, ou que está dentro da lata. Nos permite assim refletir sobre a produção do mesmo e sobre o processo de transformação que foi exposto, para então se tornar o produto, uma fórmula para a produção e o consumo daqueles que fazem uso dessa representação no espaço museológico. Nesse sentido, pensemos em algo que é retirado do seu local de origem, neste caso a nomenclatura beneficiamento é muito pertinente, pois os discursos das instituições são que tais edificações, representações e objetos serão beneficiados com o processo, entretanto, realmente isso ocorre e a quem beneficia?

A transformação de uma edificação, de um objeto, de um espaço, ou elemento museológico pode acarretar, como é feito ao enlatado, em uma esterilização. Ou seja, ao invés de preservar as edificações, representações e objetos, proporciona o fim da vida desses, pois as dinâmicas e sentidos de origem se perdem, a essência é modificada. Nesse sentido, o conjunto de elementos agora na lata - no espaço museológico - perdem a sua individualidade, fazem parte de um conjunto de outros ingredientes, figuradamente falando, e se tornam o enlatado, conjunto de elementos processados e homogeneizados cujas particularidades são dissolvidas e ficam dispersas e unidas pelo agente aglutinador, isto é, o enredo institucional temático. Enfim, a individualidade e a essência se transformam, cujos realçadores, aromatizantes e corantes destacam características pertinentes aos paladares destinados.

O processado também é uma analogia utilizada para refletirmos quanto aos conteúdos artificiais. É impossível reconhecer os elementos de forma individual,

quando cultura e patrimônio se tornam meros ingredientes da fórmula, cuja descrição do rótulo no discurso museológico e a descrição do acervo identificam sua existência, sendo agora um elemento difuso que pertence e é apresentado como fórmula do enlatado. Existem visitantes, que apreciam o processado, pois se fossem apresentados de forma individual seriam intragáveis, mas musealizados/enlatados, podem passar despercebidos e sem asco. Elementos culturais e patrimoniais transformados e rotulados para o consumo dos visitantes.

O processado tem uma função provocativa e nos auxilia a pensar quanto dos elementos nos espaços museológicos são beneficiados, esterilizados, homogêneos, e quais e quantos se transformam em fórmulas que buscam agradar os consumidores/visitantes. Fórmulas essas que os museus produzem ou reproduzem, em que o rearranjo estrutural ou do acervo é apresentado pelo rótulo como “tradicional” ou “nova receita”, original ou releituras. Processamento, beneficiamento e releituras são necessários, mas existe uma linha tênue entre beneficiamento e perda, ou seja, em que os processos podem acarretar danos, como nos casos da esterilização com o suposto objetivo de preservar, em que no elemento cultural e patrimonial é retirada a biota que lhe dá vida.

A comodidade dos processados distancia os consumidores dos alimentos e os aproximam das fórmulas, ou seja, existem cada vez mais produtos processados, isto é, envasados, envidrados, cujos elementos constituintes têm sentido e componentes que podem ser nocivos, mas são ingeridos/adquiridos com confiança, pois ocupam lugares nas “prateleiras de cultura”.

Essa apresentação do produto nas ditas “prateleiras da cultura” tem haver com o invólucro, ou como iremos discorrer, a lata, o recipiente do conteúdo, parte da embalagem que permite proteger e expor o produto, como veremos no tópico seguinte.

4. A lata

A lata corresponde ao espaço físico da construção dos museus, espaços fechados ou pouco acessíveis no sentido social, e que também pode ser compreendido como barreira/segregação, ao passo que limita o acesso e a representação. Num sentido mais simples e direto, esse processo de intencionalidade, consciente ou inconsciente, delimita o que deve estar fora e o que deve estar dentro do espaço museológico. Esses mecanismos de acessibilidade são compreendidos como práticas aceitáveis, critérios técnicos que atestam valor determinados

elementos da cultura e do patrimônio, porém, merecem uma maior contextualização, não necessariamente quanto a escolha, mas quanto ao discurso de representatividade, e cujas leituras podem ser superficiais, descontextualizadas, exclusivas e segregativas. Uma leitura inclusiva teria aqui um caráter múltiplo, seja quanto a função da instalação ou de incorporação de acervo, e que propõe representações diversas. Contudo, o que ocorre muitas vezes, é a leitura limitada, quando os espaços museológicos possuem interpretações herméticas e estão em “prateleiras da cultura” de forma inacessível à vários grupos sociais, seja no que tange ao consumo e/ou representação.

A hermeticidade museológica pode gerar, novamente a lançar mão de analogia, uma nocividade botulínica, pois conteúdo supostamente preservado, pode ser fonte de desenvolvimento enviesado de representações. Envasado tóxico em que o maior tempo de hermeticidade agrava toxicidade do conteúdo, ou seja, ajuda a desenvolver elementos nocivos de exclusão das demais representações da cultura e patrimônio, que tem peculiaridades e dinâmicas distintas da envasada.

A lata também representa a blindagem, o involucre que mantém, mas ao mesmo tempo limita a aproximação do público, sendo necessário um conjunto de prerrogativas para se ter acesso ao conteúdo desses espaços museológicos. Limitações essas que vão desde a falta de um núcleo educativo, até o caráter econômico, que institui “chaves monetárias”, ou seja, pagamento de ingresso. Existem também os aspectos geográficos, em que os grupos sociais se encontram distantes dos locais onde existem esses espaços museológicos e de outros produtos das “prateleiras da cultura”, sem acesso e informações, são segregados quanto ao consumo, com os pretextos de que não adiante terem “prateleiras da cultura” em outros locais ou maior incentivo ao consumo, pois para se ter acesso, requer ter um paladar mais refinado.

Uma lata reluzente de têmpera excludente, acesso restritivo omissivo. A lata torna-se assim o alusivo involucre que restringe o acesso aos elementos e espaços museológicos. Este é um dos pontos mais amplos, polêmicos e problemáticos, pois o acesso e uso dos museus são amplamente discutidos, principalmente na busca de torná-los locais mais acessíveis. Entretanto, o tocante de ser mais acessível passa também pela questão de ser mais representativo e atrativo. Ambas as questões, representatividade e atratividade, nesta visão são análogas, como elementos de identidades e da pluralidade de culturas (eruditas, populares, periféricas, urbanas, rurais...).

Neste aspecto de sentido e representações que adentraremos nesse próximo e último tópico, em que a segregações são utilizadas como elementos de poder e dominação e são construídas as disfunções culturais.

5. Disfunções culturais

Denominamos ou atribuímos à expressão Disfunções Culturais ao caráter nocivo e enviesado das representações, sejam elas intencionais ou não, de forma direta ou indireta, que não contribuem de maneira positiva para a cultura e o patrimônio. As instituições museológicas podem exercer essas funções exacerbadas e negativas quanto as expressões e representações culturais. O caráter institucional da cultura neste sentido, mas não só no aspecto museológico, apresenta-se como espaço quase que sacralizado, quase imune às contestações. Mecanismos e aparatos jurídicos/técnicos/normativos que se distanciam dos indivíduos da sociedade comum e dos grupos mais populares. Ambiente ainda que por vezes exploram e apresenta o erudito como numa escala de grandeza segregacionista, onde o popular está à margem, não apenas nas representações, mas também no acesso. Construções museológicas encasteladas que primam a atender a grupos privilegiados e/ou elitizados economicamente. Pode-se então argumentar que existem representações museológicas populares, entretanto, refletimos também no número e o grau de investimento que são destinados a elas.

Alguns dos espaços museológicos são representações que geram disfunções culturais, que ao invés de aproximar, distanciam as pluralidades culturais, reforçam estigmas, constroem leituras unilineares. Enlatados culturais institucionalizados, mecanismos de reprodução de valores pautados em interesses de controle e memória, que como já mencionado, produzem processados que são envasados para o consumo. Fórmulas reproduzidas que por vezes mudam o rótulo, mas apresentam o mesmo conteúdo, conteúdo nocivo, pouco nutritivo e que aliena.

Quantos enlatados existem? São múltiplos, mas a matriz industrial é a mesma. (Re)Produzidos sem data de validade, com regulamentação, aprovação e certificação estatal, com interesse privado. Enlatados com blindagem anticorrosão, cujo conteúdo preserva a alienação e segregação. Essas questões não são generalizadas, contudo, carecem de exercício de análise individual e pormenorizadas, para então fazer desconstruções de sentidos, significados e leituras. (Re)fazer alguns espaços e

instituições museológicas, representações e acesso mais horizontalizado, sentido latocultural e patrimonial de diversidades.

Compreende-se os esforços das instituições para que de fato, como é descrito no Portal do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, os museus:

No universo da cultura, o museu assume funções as mais diversas e envolventes. Uma vontade de memória seduz as pessoas e as conduz à procura de registros antigos e novos, levando-as ao campo dos museus, no qual as portas se abrem sempre mais. A museologia é hoje compartilhada como uma prática a serviço da vida.

O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha.

Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma. (IBRAM, s/d)²

Um caso prático elucida bem o cenário que desenvolvemos ao longo deste texto. Em GOMES (2018) é feita uma descrição de um fato ocorrido durante um evento sobre museus.

Numa conferência realizada no Departamento de Ciências da Vida, sobre o Museu de Quai Branly, foi apresentada a imagem de uma *Tsantsa*³(cabeça reduzida), a qual vinha da reserva do *Musée de l'Homme*⁴(*Museu do Homem*) a qual tinha sido utilizada nos materiais de publicidade do museu. Este objeto, no contexto em que foi produzido no Equador é alvo de grande polêmica, pois estas cabeças reduzidas serviam como troféus de guerra e de força frente ao inimigo, e assim já causavam grande desconforto entre os membros dos grupos e familiares das vítimas, porque as cabeças das vítimas tinham sido decepadas dos corpos e reduzidas.

Mas a questão não fica restrita a este momento temporal de guerra, pois devido ao grande valor comercial que estas cabeças reduzidas alcançavam nos mercados internos, no país, e também no mercado internacional, tal atividade de (re)produção de cabeças reduzidas após os conflitos entre os grupos prosseguiu, desta vez como forma de atender à demanda do mercado. Com isso, várias famílias tiveram entes que estavam desaparecidos, e quando algumas das vítimas eram encontrados, tinham sido decapitados, factos estes que, para além da perda do familiar, impediam a realização completa dos rituais fúnebres. Houve então no país a proibição da exposição das

² IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. s/d. Os Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/>. Acesso em 08 de out.2022.

³ *Tsantsa*: Prática que era atribuída aos índios Jivaros, em que a cabeça do inimigo era decepada, removido o crânio e após a utilização de técnicas havia desidratação da pele e redução do volume e preserva alguns traços da fisionomia.

⁴ *Musée de l'Homme*: Museu etnográfico que está localizado na cidade de Paris. Mais informações em: <http://www.museedelhomme.fr/>

Tsantsas, assim como, do seu comércio, tendo sido atribuída uma data anual, no Equador, para a exposição destas peças que tinham sido produzidas no momento de guerra, com forma recordar a história, mas não como ato de glória ou trofeu pelos conflitos.

Entre as pessoas presentes na conferência, estava uma equatoriana, aluna de doutoramento em antropologia, do departamento já mencionado. Após o término da apresentação, foi aberto um momento para intervenções/perguntas. Neste momento, a aluna equatoriana dá início e questiona a forma como foi apresentado o tal objeto, e falou sobre o que esse objeto representa no seu país de origem. Entre as várias questões, discutiu-se sobre a abordagem superficial do significado do objeto, contexto de produção e repercussão do mesmo no Equador.

Este caso apresentado exemplifica como os contextos culturais são sensíveis, e como existe uma necessidade de uma análise mais profunda, temporal e social, para que as leituras superficiais, em especial por profissionais, não venham a deturpar os significados dos bens culturais e patrimoniais. Entende-se que, nessas leituras, todos estão sujeitos a erros. Contudo, uma postura anti-etnocêntrica torna-se necessário. (GOMES, 2018, p. 386-387)

Reconhecemos a laboriosa busca e esforços das instituições para a construção das representações e manutenção desses importantes espaços de memória. Instituições e indivíduos que labutam em prol de um coletivo como forma de resgate e manutenção da cultura e do conhecimento. Ressaltamos que este artigo é uma produção crítica construtiva, uma expressão, como tantas outras, que visam colaborar com o pensamento crítico acerca da cultura, do patrimônio e dos museus. Assim, buscamos defender e instigar ao longo deste texto a necessidade do pensamento e ações críticas quanto à construção de elementos tidos e apresentados como representações culturais, em especial nos espaços e instituições museológicas.

“O que vai na Lata?” é a busca de uma (des)construção crítica dos espaços e instituições museológicas, cujas distorções e sentidos, intencionais ou não, podem acarretar complexos efeitos e reflexos negativos no construto da cultura e do patrimônio. Visões e interpretação enviesadas, em cenários e proporções diversas, que recebem chancelas institucionais e se apresentam do fidedignos detentores e representantes de expressões culturais, sem a permeabilidade de leituras e interpretações. Elementos estático imaculado com o lacre de genuínos. Miscelânea de controvérsia homogeneizada com a institucionalização da cultura e patrimônio, cuja representatividade impositiva pode ser indigesta, nociva e até mesmo tóxica.

Apresentamos um conjunto de analogias e metáforas com a intenção de provocar o(a) leitor(a) a refletir sobre as questões de origem e originalidade dos acervos e instituições museológicas, dos temas e representações, dos processos de produção ao consumo. Questões complexas que carecem de olhares atentos e

pormenorizados, como uma forma de “Descrição Densa” como sugere Geertz (1973), no sentido e exercício de compreender as dinâmicas de (re)construção dos museus.

Referências

ABREU, Regina. *Patrimônio: 'ampliação' do conceito e processos de patrimonialização*. In: *Questões Indígenas e Museus*. 1ª edição. Brodowski: ACAM Portinari. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. Coleção Museu Aberto. 2012. p.28-39.

ANICO, Marta A *pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade*. *Horizontes Antropológico*, n. 23. p. 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf> . Acesso em: 23 nov.2014.

BAVEYSTOCK, Zeld; MASON, Rhiannon. What role can digital heritage play in the re-imagining of national identities?: England and its icons. In: *Heritage and Identity*. London. Routledge. 2009. p.15-28.

BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 2007 (1974).

CARAL, Clara Bertrand. *Patrimônio Cultural Imaterial- Convenção da UNESCO e Seus Contextos*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARVALHO, Josué. O espelho refletor de memórias e a relação do índio com o objeto musealizado: alteridade e identidade no contexto contemporâneo. In: *Questões Indígenas e Museus*. 1ª edição. Brodowski: ACAM Portinari. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. Coleção Museu Aberto. 2012. p. 54-60.

CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís J. *Patrimônio Cultural e Paisagístico- Políticas, Intervenções e Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.2012.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Editora Fim de Século.1999.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. New York. Basic Book.1973.

GOMES, Leandro. *Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela- O Patrimônio em Processo*. 1ª ed. BeauBassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

HALL, Stuart. Representation: Cultural Representations and Signifying Practices. In: *The Work of Representation*. London. SAGE Publications Ltd. 2003 (1997). p.1 -74.

LARAIA, Roque de Barros. *Definições e Conceitos Sobre Cultura*. Rio de Janeiro. 25ª edição. Editora ZAHAR. 2013 (1986).

LIMA, Mesquita. *Antropologia ou Entropologia?*. Lisboa. Edições IN- CM. 1979.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma Teoria Científica de Cultura*. Lisboa. Edições 70. 2009 (1972).

PRATS, Llorenç. Heritage according to scale. In: *Heritage and Identity*. London. Routledge, 2009. p.76-90.

RODRIGUES, Marly. *Preservar e Consumir: O Patrimônio histórico e turismo*. In: *Turismo e Patrimônio Cultural*. FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). 4ª edição. São Paulo. Contexto., 2005. p.13-24.

SALAZAR, Mónica Gómez. 2009. *Pluralidad de Realidades, Diversidad de Culturas*. México. Universidad Nacional Autónoma de México.

SOARES, André Luis Ramos. *Dr. Jeckylland Mister Hide ou A Educação Patrimonial Serve a Quem?*. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, ElisaRoberta; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paranáe Sul do País*. Londrina: Editora UNIFIL, 2009. p.19-34.

Data de recebimento: 29.07.2022

Data de aceite: 10.10.2022